

11 MAR 1985
b612

FOLHA DE S. PAULO

Justiça coordenará a pré-Constituinte

Por... [ilhagem]

Da Sucursal de Brasília

A comissão encarregada pelo presidente eleito Tancredo Neves de elaborar propostas à futura Assembleia Nacional Constituinte vai trabalhar sob a coordenação do Ministério da Justiça, e o seu presidente será o jurista Afonso Arinos de Mello Franco. A revelação é do virtual ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) ao afirmar que, de acordo com a orientação de Tancredo, a sua Pasta será a responsável pela coordenação política do novo Governo, inclusive os trabalhos constituintes.

Fernando Lyra conversou durante cerca de duas horas com Tancredo Neves na Granja do Riacho Fundo, ontem pela manhã. À saída, confessou-se satisfeito com as atribuições que o seu Ministério recebeu do próximo presidente da República: "Conversamos hoje (ontem) pela primeira vez sobre a Pasta da Justiça, e o presidente delegou ao Ministério a responsabilidade de consolidar o processo democrático a ser desenvolvido em conjunto com todos os que compõem o quadro político do governo."

coordenação

"O Ministério da Justiça, prossegui Lyra, vai trabalhar ao lado das lideranças políticas do Congresso, pois é de lá que sairá a grande ação política do governo Tancredo, que é a elaboração de uma nova Constituição para o País. Logo após a posse, Tancredo nomeará a comissão encarregada de viabilizar todo este processo. A indicação do jurista Afonso Arinos para presidi-la foi muito feliz, pois é um nome que merece o respeito de todos por tudo o

que já fez pela redemocratização do País."

Fernando Lyra disse que comandar o Ministério da Justiça, ao qual estão subordinados órgãos como a Polícia Federal, a Censura e outros organismos de repressão, constitui um desafio. "Mas não deixa de ser gratificante assumirmos esta estrutura que combatemos durante 20 anos. O fato de o governo Tancredo Neves ter conseguido reunir credibilidade junto aos segmentos mais diferentes da sociedade brasileira deixa otimista para enfrentar as estruturas oriundas do regime autoritário", observou.

Prioridades

O novo ministro da Justiça não quis falar sobre os seus planos para a Pasta, preferindo adiar o anúncio das prioridades para após a indicação oficial de todo o Ministério, amanhã na Fundação Getúlio Vargas. Mas adiantou ser evidente que alguns assuntos polêmicos, como a atuação da censura e a legislação que rege a permanência de estrangeiros no Brasil, são passíveis de reformulações. "A nossa intenção é promoverm reformas em todos os setores, mas elas virão no momento oportuno, concluiu.